



SEÇÃO TEMÁTICA

Ativistas e militantes que são LGBTQIAPN+ nas Jornadas de 2013: experiências políticas e performatividade de assembleia

Beatriz Nogueira da Silva, *Universidade Federal de*

Alfenas

Luís Antonio Groppo, *Universidade Federal de Alfenas*

Fernanda Milan de Carvalho, *Universidade Federal de Alfenas*

Gislene da Silva, *Universidade Federal de São Carlos*

Yasmin Antonia da Silva Oliveira, *Universidade Federal de Alfenas*

Resumo. Este artigo comunica os resultados da pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013”. Tem como objetivo conhecer as experiências de ativistas e militantes que são LGBTQIAPN+ no ciclo de protestos no Brasil conhecido como Jornadas de 2013, buscando analisar as influências destas experiências nas trajetórias de tais pessoas e no movimento LBTPQIAPN+ nos anos seguintes. A principal categoria de análise é a performatividade de assembleia de Judith Butler, a qual dialoga com o conceito de populismo democrático radical de Paolo Gerbaudo e de subjetivação política de Jacques Rancière. Como metodologia, a revisão bibliográfica a respeito da temática LBTPQIAPN+ em 2013 e, principalmente, a análise de 37 entrevistas feitas com ativistas e militantes de coletivos e organizações progressistas das Jornadas – destacando, entre tais, 14 pessoas que são LBTPQIAPN+. A revisão bibliográfica destaca a relevância da Parada LGBT na latência das Jornadas, inspirando pautas secundárias presentes em 2013, como o rechaço ao projeto de “cura gay”, e renovando as táticas do movimento LBTPQIAPN+. As entrevistas com ativistas e militantes trazem como principais resultados: a presença relevante de pessoas LBTPQIAPN+ na mobilização, mas não das suas pautas; o fortalecimento de movimentos identitários, incluindo o LBTPQIAPN+, como consequência das Jornadas; e, notadamente, a maior presença de pessoas e pautas LBTPQIAPN+ em organizações políticas progressistas e em seus mandatos eletivos nos anos seguintes.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento LGBTQIAPN+. Jornadas de 2013. Performatividade de assembleia. Ativistas. Militantes.

Introdução

Daí fundou um monte de coletivo, um monte de frente [...] especialmente ligados ao movimento de moradia, o movimento feminista, o movimento LGBT [Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros]¹ [...] A cidade nunca mais foi a mesma, porque daí então o clima já era: aconteceu qualquer coisa, vamos fazer protesto, vamos pra rua (Rosa/SP, 2023).

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto”.², com foco na presença e influência da temática LGBTQIAPN+ nas Jornadas de 2013. Utiliza revisão bibliográfica e análise de entrevistas com 37 ativistas e militantes que participaram dos protestos, sendo que 14 se autodeclararam LGBTQIAPN+. O artigo busca compreender os impactos dessa participação nas trajetórias sociais e políticas de tais sujeitos, em especial daquelas que são LGBTQIAPN+³ bem como identificar se o relato de Rosa/SP — que destaca a transformação da cultura de mobilização social após 2013 — reflete uma experiência mais ampla, ou seja, que se trata de uma impressão pessoal que revela uma transformação significativa no campo dos movimentos sociais, por meio da qual coletivos identitários têm crescimento e suas pautas ganham maior reconhecimento, em destaque a causa LGBTQIAPN+.

¹ O artigo prefere adotar a sigla LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Transexuais/ Transgêneros/ Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais/Arromânticos/Agêneros, Pansexuais/Polissexuais, Não-binários e mais) por considerá-la mais atualizada e inclusiva, apesar dela não ser utilizada em 2013, quando se usava apenas LGBT.

² Pesquisa realizada entre março de 2022 e março de 2026, com sede na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e coordenada por Luís Antonio Groppo. Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) e UNIFAL-MG. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIFAL-MG como CAAE 68746223.5.0000.5142.

³ Optamos por utilizar “ativistas e militantes que são LGBTQIAPN+” em vez de “ativistas LGBTQIAPN+” para evitar a ideia de que representavam institucionalmente o movimento LGBTQIAPN+ nas ruas, já que nenhuma atuou formalmente em nome de coletivos desse campo.

Em sua primeira fase, em 2022, a pesquisa realizou uma revisão bibliográfica a respeito de dimensões educacionais das Jornadas de 2013, quando foram encontrados poucos trabalhos sobre temáticas como gênero e diversidade sexual neste ciclo de protestos. Esses trabalhos, ao lado de produções a respeito do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil, são analisados aqui. Em sua segunda fase, em 2023, a pesquisa entrevistou 18 pesquisadoras e pesquisadores das Jornadas, questionando sobre aspectos educacionais e outros temas presentes nas Jornadas de 2013, desde suas perspectivas de pesquisa. Durante essas entrevistas, algumas respostas defenderam a importância do ciclo de protestos para a renovação e crescimento de movimentos sociais progressistas, em especial os ditos identitários, como o exemplo a seguir – mesmo quando reconheceram que 2013 também foi disputado por conservadores e direita, campo que também teve crescimento nos anos seguintes (Groppo et al., 2024):

Junho de 2013 também deu visibilidade ou ampliou a visibilidade de um conjunto de pautas, sobretudo, as pautas das mulheres, das pessoas negras, das LGBTQIAPN+, e um forte questionamento do modo tradicional de fazer política, da ação política. (Maria Carla Corrochano, pesquisadora, entrevista, 2023).

O objetivo do artigo é analisar as experiências, percepções e memórias de ativistas e militantes que estiveram nas Jornadas de 2013, especialmente de sujeitos LGBTQIAPN+, a respeito da presença, relevância e impactos de movimentos e pautas de diversidade sexual e de gênero naquele ciclo de protestos. A análise é sustentada pelos conceitos de performatividade de assembleia de Judith Butler, populismo democrático radical de Paolo Gerbaudo e subjetivação política de Jacques Rancière. Também incorpora revisão bibliográfica sobre os movimentos LGBTQIAPN+ no Brasil e os efeitos das Jornadas na reorganização desses movimentos.

A motivação deste estudo emergiu da própria equipe de pesquisa, sobretudo de estudantes e bolsistas de Iniciação Científica envolvidas com temas de gênero e diversidade sexual. Elas localizaram materiais bibliográficos que indicavam como as Jornadas de 2013 impulsionaram e renovaram o ativismo LGBTQIAPN+, fenômeno já observado em relação aos movimentos negros. O roteiro de entrevistas semiestruturadas incluía uma questão específica sobre a presença de pessoas e movimentos LGBTQIAPN+ nas Jornadas, o que possibilitou acessar dados relevantes. Além disso, as entrevistas com quem se declarou

LGBTQIAPN+, em sua totalidade, permitiram aprofundar a compreensão de suas vivências, memórias e trajetórias políticas e sociais.

A relevância do artigo reside em demonstrar o quanto as Jornadas de 2013 impactaram progressivamente os movimentos sociais, em especial o LGBTQIAPN+, fortalecendo-os, promovendo renovação organizativa e ampliando a visibilidade de suas pautas. Assim, o estudo se contrapõe à narrativa que ganhou força após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, a qual atribui às Jornadas um papel de “berço” da extrema-direita brasileira e dos retrocessos democráticos subsequentes. Tal discurso tende a ignorar as dimensões progressistas e transformadoras presentes nos protestos de 2013, bem como a pluralidade de sujeitos e pautas envolvidas.

O artigo está organizado da seguinte forma: após esta introdução, apresenta o referencial teórico, com destaque à teoria da performatividade de assembleia de Judith Butler, em diálogo com os conceitos de populismo democrático radical de Paolo Gerbaudo e subjetivação política de Jacques Rancière. Em seguida, sintetiza os resultados da revisão bibliográfica sobre a presença e os impactos dos movimentos LGBTQIAPN+ nas Jornadas de 2013. Depois, descreve a metodologia da pesquisa e apresenta o perfil das pessoas entrevistadas. Em seguida, analisa as entrevistas: primeiro, as respostas de 23 ativistas e militantes heterossexuais sobre a presença e a importância de pessoas e movimentos LGBTQIAPN+ nas Jornadas; em seguida, as entrevistas com 14 ativistas e militantes LGBTQIAPN+, abordando suas percepções sobre aquele momento histórico, suas experiências nas manifestações e as reverberações dessas vivências em suas trajetórias sociais e políticas após 2013.

Mais do que narrar a presença LGBTQIAPN+ nos protestos, este artigo busca compreender como 2013 atuou como um marco de subjetivação política para esses sujeitos, promovendo novos sentidos de pertencimento, visibilidade, articulação e performatividade coletiva. Isso se evidencia na formação de coletivos, frentes e organizações que emergiram ou se fortaleceram após as Jornadas, contribuindo para

transformações significativas nos movimentos LGBTQIAPN+ e na paisagem política brasileira.

Corpos em aliança nas ruas

O principal referencial teórico deste artigo é a teoria performativa de assembleia de Judith Butler (2018a), que representa um desdobramento significativo de sua anterior teoria performativa de gênero (Butler, 2018b). A compreensão dessa transição conceitual é essencial, pois a autora desloca o foco das identidades individuais para o potencial político dos corpos reunidos em espaços públicos, revelando novas formas de agência coletiva. Para a autora:

[...] o gênero não é de modo algum uma identidade estável nem lócus de agência do qual procederiam diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade constituída de forma tênue no tempo – uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos. (Butler, 2018b, p.3).

Justamente por se sustentar na repetição, o gênero abre espaço para reinvenções: “existem possibilidades de transformar o gênero na relação arbitrária entre esses atos, nas várias formas possíveis de repetição e na ruptura ou repetição subversiva desse estilo.” (Butler, 2018b, p.3).

A formulação da teoria performativa de assembleia surge após a observação de movimentos sociais globais da década de 2010, como Occupy Wall Street e Black Lives Matter, nos Estados Unidos. Nestes movimentos, os corpos se reuniam nas ruas e praças, não necessariamente unidos por uma identidade homogênea, mas por uma experiência comum de precariedade e exclusão. Esses encontros configuraram alianças entre grupos vulnerabilizados, ainda que profundamente distintos entre si, não por meio de uma identidade estável, mas por meio da presença corporal, pela exigência do direito de aparecer e de existir politicamente (Ferreira; Groppo, 2024). Segundo Butler (2018a), essas pessoas são consideradas “inelegíveis”, e sua presença pública performa uma “proposição plural e performativa da elegibilidade onde ela não existia antes”.

Ao conectar as duas teorias, performatividade de gênero e performatividade de assembleia, Butler evidencia que a figura das pessoas transgêneras exerce papel central em ambas. Nos protestos dos

anos 2010, pessoas trans, assim como outras identidades LGBTQIAPN+, puderam ocupar as ruas com maior visibilidade, ao lado de outros grupos precarizados, afirmando sua existência e reivindicando seus direitos. Essa visibilidade coletiva desestabiliza a “ficção regulatória” da identidade de gênero verdadeira, pois revela que a identidade não é expressão de uma essência, mas resultado de normas que podem ser contestadas.

A própria existência em si de pessoas trans, assim como sua atuação política, ao lado de outras pessoas LGBTQIAPN+ em movimentos sociais, como as ocupações secundaristas de 2015 e 2016 no Brasil (Ferreira, Groppo, 2024), desestabilizam a “ficção regulatória” da identidade de gênero verdadeira, uma vez que, como observa Butler,

[...] se os atributos de gênero não são expressivos, mas performativos, tais atributos constituem efetivamente a identidade que se diz que eles expressam ou revelam [...] a postulação de uma verdadeira identidade de gênero seria revelada como uma ficção regulatória. (Butler, 2018b, p.13).

Nesse sentido, a crítica de Butler ao binarismo de gênero ilumina o modo como os movimentos juvenis pós-2013 enfrentaram a heterossexualidade compulsória: “a associação de um sexo natural com um gênero distinto, e com uma atração aparentemente ‘natural’ pelo sexo/gênero oposto é uma conjunção não natural de construções culturais a serviço de interesses reprodutivos” (Butler, 2018b, p.9).

Judith Butler, ao deslocar a noção de performatividade de gênero para a de assembleia, propõe que a reunião de corpos vulnerabilizados nas ruas habilita formas de visibilidade e solidariedade política que ultrapassam identidades fixas, ao mesmo tempo em que expõe a condição precária de certas vidas e proclama o seu “direito de aparecer” nos espaços públicos (Butler, 2018a). Essa perspectiva é heurística para interpretar as Jornadas de 2013, nas quais uma multiplicidade de pessoas estiveram em justaposição nas ruas, com pautas tanto convergentes quanto conflitivas entre si.

A perspectiva teórica de Butler, ao tratar da performatividade de assembleia, ajuda a compreender a centralidade da presença corporal como forma de reivindicar o espaço público e politizar a precariedade. As

pessoas vulneráveis, com seus corpos circulando, enfim, livres, tornam a rua, de fato, um espaço público, onde podem se reunir em assembleia.

Para que a luta pelos direitos das minorias sexuais e de gênero seja uma luta por justiça social, isto é, para que ela seja caracterizada como um projeto democrático radical, é necessário perceber que somos apenas uma das populações que têm sido, e continuam sendo, expostas a condições precárias e de perda de direitos. Além disso, os direitos pelos quais lutamos são direitos plurais, e essa pluralidade não está circunscrita, de antemão, pela identidade; isto é, não se constitui uma luta apenas de determinadas identidades, e certamente é uma luta que procura expandir aquilo a que nos referimos quando falamos de “nós”. (Butler, 2018a, posição 1.135).

Esse entendimento se aproxima, inicialmente, da teoria da multidão de Hardt e Negri (2005), que também considera que as particularidades dos sujeitos não se dissolvem na construção de uma identidade única. Entretanto, Butler se diferencia de outras teorias, como a de Jacques Rancière (1996), que enfatiza a subjetivação política a partir do desentendimento e da reivindicação de igualdade por figuras emblemáticas (como a do pedreiro Amarildo nas Jornadas de 2013 do Rio de Janeiro ou de secundaristas nas ocupações de 2015 e 2016). Também se distingue da teoria do populismo democrático radical de Gerbaudo (2022), que interpreta movimentos como as Jornadas de 2013 como mobilizações cidadãs, unificadas pela ideia de um “povo” indignado contra elites políticas e econômicas.

O que se propõe aqui, como hipótese, é que no contexto das Jornadas de 2013 no Brasil, coexistiram esses processos: de um lado, a multidão heterogênea composta por diversas identidades em revolta contra um inimigo comum e, de outro, a afirmação de uma “comunidade dos iguais”, quando sujeitos diversos reivindicaram igualdade política sob categorias como “povo”, os “99%” ou “somos a rede social”.

Nesse cenário, os corpos LGBTQIAPN+ nas ruas levantam questões fundamentais: de que forma estiveram presentes nas Jornadas? Ocuparam, efetivamente, o espaço físico e discursivo? Suas pautas foram reconhecidas ou permaneceram periféricas? Teriam experimentado algo semelhante ao que ocorreu nas ocupações secundaristas de 2015-2016, nas quais estudantes LGBTQIAPN+ relataram vivências de pertencimento e igualdade? Ou sua participação foi pontual, como no caso da coletiva BeijATO (Carvalho, 2018), indicando experiências isoladas, embora emblemáticas?

Esse artigo ainda pergunta sobre as influências das experiências políticas nas Jornadas para essas pessoas LGBTQIAPN+ que entrevistamos, assim como os impactos de 2013 para o próprio movimento LGBTQIAPN+: teria o movimento, ou movimentos, se potencializando e reinventado, tal qual o ativismo trans segundo Carvalho (2018)? Teria este movimento recebido influências marcantes e ganhado força com as Jornadas, tal qual o movimento negro no Brasil, conforme nossa pesquisa indicou em trabalho anterior? (Silva et al., 2025).

Da latência das Jornadas aos movimentos pós-2013

Por meio de levantamento bibliográfico na fase inicial da pesquisa, complementado por nova pesquisa específica para a construção deste texto, encontramos produções que destacam a temática LGBTQIAPN+ na latência das Jornadas, durante as próprias Jornadas e nos movimentos após 2013.

Pesquisas recentes sobre os movimentos LGBTQIAPN+ têm apresentado o fortalecimento deles entre jovens da Educação Superior (Lima, 2016, Falcão, 2017) e o ativismo nas redes sociais da Internet (Bulgarelli, 2017, Falcão, 2017). As pesquisas demonstram, acima de tudo, a complexidade das identidades e dos movimentos LGBTQIAPN+, apresentando sua diversificação interna, disputas entre organizações (Zanoli, 2015) e crescente reconhecimento da interseccionalidade (Facchini, Carmo, Lima, 2020). Atuações em diálogo ou parceria com o Estado continuam relevantes no campo (Aguião, 2018), entretanto, têm crescido ativismos de maior radicalidade (Daniauskas, 2016). A influência das Jornadas é reconhecida (Lima, 2016) nesta reconstituição dos movimentos LGBTQIAPN+.

Segundo Facchini, Carmo e Lima (2020), após o processo de institucionalização dos anos 2000, com forte presença de ativistas em conselhos, conferências e na formulação de políticas públicas, emerge, na década seguinte, um desencanto com a política institucional, sobretudo entre jovens. Esse desencanto impulsiona formas mais autônomas, horizontais e interseccionais de organização, chamadas de “teias” de articulação. Nesse contexto, as pautas tornam-se mais

permeáveis entre si e o movimento LGBTQIAPN+ passa a dialogar de forma mais intensa com os movimentos feminista e negro, ampliando seus enquadramentos e repertórios de ação.

Apoiado no que Carvalho (2018) apontou especificamente sobre o ativismo trans, é possível formular como hipótese, a respeito do conjunto de movimentos e ativismos LGBTQIAPN+, que as Jornadas fizeram com que esses movimentos e ativismos se reinventassem (como o uso das redes sociais da Internet) e se radicalizassem (como a ocupação das ruas em atos de protesto). Desta forma, esses ativismos e movimentos vão se distinguindo da complexa combinação – que os caracterizou na década de 1990 – entre práticas de mobilização cidadã, de associativismo na forma de organizações não-governamentais (ONGs) e de consumo (Facchini, 2002). Uma nova “onda” dos movimentos LGBTQIAPN+ parece se constituir, distinguindo-se da anterior, marcada por seu crescente reconhecimento perante as instituições estatais. (Green et al., 2018).

Durante a fase da latência das Jornadas, assim como durante os próprios atos em 2013, as referências apresentam um contexto tenso e conflitivo entre movimentos e “contramovimentos” (Silva, 2022) em torno de gênero e sexualidade. De um lado, certa radicalização nas práticas de protesto do movimento feminista, como a Marcha das Vadias, e o grande crescimento das Paradas LGBT. De outro, a reconstituição da extrema-direita e o crescimento do fundamentalismo religioso, como movimentos antiaborto e as Marchas para Jesus. Ângela Alonso (2023) faz destes sujeitos e movimentos contrapostos importantes elementos de sua análise das Jornadas de 2013, destacando as Paradas LGBT e as Marchas para Jesus.

A primeira Parada LGBT no Brasil aconteceu em junho de 1997, na capital paulista. De lá para cá o evento cresceu e se espalhou pelo país, realizado normalmente em junho, mesmo mês em que aconteceu, em 1969, a revolta de Stonewall, que inspirou as primeiras paradas nos Estados Unidos. As Marchas para Jesus acontecem no Brasil também desde os anos 1990. Em 2013, na capital paulista, os dois megaeventos aconteceram em junho: a Parada no dia 2, poucos dias antes do primeiro ato chamado pelo Movimento Passe Livre São Paulo (MPL-SP); a Marcha em 29 de junho, quando os atos massivos se arrefeceram aí e no restante do país. Ao lado de seu tradicional e dominante clima festivo, a Parada LGBTQIAPN+ de 2013 levou importante pauta política, que

reapareceu nas Jornadas: o rechaço ao projeto de “cura gay” e ao seu próprio autor, o deputado e pastor evangélico Marco Feliciano.

A literatura sobre as Jornadas de 2013 tem ressaltado como os protestos se tornaram espaço de múltiplas demandas sociais, articulando educação, transporte e direitos humanos (Groppo et al., 2024). Nos grandes atos massivos de 2013, em sua profusão de pautas, não era incomuns cartazes contra a descriminalização do aborto ao lado de cartazes antiaborto, revelando que as manifestações das Jornadas de 2013 se tornaram terreno de disputas pela narrativa pública e que, mesmo não centrais, as temáticas dos direitos sexuais e de gênero estiveram presentes.

Carvalho (2018) demonstra como as manifestações de rua do movimento trans após 2013 carregaram experiências e aprendizados das Jornadas. Destaca o Ato pelo Dia Nacional da Visibilidade Trans do Rio de Janeiro, em janeiro de 2015, em especial por meio do grupo BeijATO, que se define como “uma coletiva transfeminista e glitterterrorista” (apud Carvalho, 2018, p. 12). O BeijATO nasceu durante as manifestações de 2013 no Rio de Janeiro. Ele possuía conexões com a Marcha das Vadias e fazia uso de novas formas de expressão do movimento LGBTQIAPN+ brasileiro, como os pink blocs, uma versão satírica dos black blocs, que trocara o coquetel molotov pelo glitter, “atirado” para colorir a multidão. Também, durante a ocupação em frente à casa do então governador Sérgio Cabral, o BeijATO alterou o grito original ofensivo por “Ei, Cabral, toma da polícia! Porque tomar no cu, te garanto, é uma delícia!”. (Carvalho, 2018, p. 12).

Segundo Carvalho (2018), algo havia mudado com as Jornadas de 2013, já que “[...] o ativismo trans havia sido afetado ao mesmo tempo em que afetou a dramaturgia política de ocupação das ruas” (p. 14). A injúria e a sátira haviam sido ressignificadas, assim como se recriou a práxis do “corpo-bandeira”, agora relacionada com “a afirmação da presença de corpos individualizados e estigmatizados na rua” (p. 14). A situação de polifonia das Jornadas, ao ser levada ao ativismo trans, estabeleceu o “pluralismo como condição necessária para a participação de todo e qualquer sujeito” (p. 14), a ponto de, segundo Carvalho, ter sido possível superar o que Erving Goffman (2008) considerava como improvável entre pessoas estigmatizadas, a saber, a criação de

solidariedade entre elas. Os movimentos LGBTQIAPN+, tanto quanto os movimentos feministas, haviam deixado de lado a tática da “respeitabilidade”, substituída pela “contaminação que produz alianças” (p. 15), fazendo uso do contínuo redes sociais da Internet e ocupação das ruas.

Movimentos juvenis posteriores, como a Primavera Feminista de 2015 e as ocupações estudantis de 2015–2016, demonstram que a experiência coletiva fomentada pelas Jornadas favoreceu processos de assunção identitária e engajamento político de jovens LGBTQPIAN+ (Groppo; Silva, 2022). Judith Butler parece descrever o que observamos em pesquisa sobre as ocupações estudantis, a respeito da presença de pessoas LGBTQIAPN+ nas escolas ocupadas. (Groppo; Silva, 2022). A partir da pauta da educação, levada a efeito por uma categoria até então considerada como despolitizada e incapaz de atuar politicamente, as e os secundas – adolescentes e estudantes de Ensino Médio –, a ocupação se constituiu como uma aliança entre diversas expressões da exclusão e da vulnerabilidade: mulheres (que eram a liderança e base do movimento), pessoas LGBTQIAPN+ (a maioria das e dos secundas que entrevistamos) e pessoas negras. Para as pessoas LGBTQIAPN+, a ocupação foi o espaço de igualdade de participação e de possibilidade de viver e assumir sem receios sua condição não heteroafetiva.

Cabe questionar, agora aos dados produzidos pelas entrevistas com ativistas e militantes das Jornadas de 2013, como esse ciclo de protestos abre caminho para essa renovação de movimentos e ativismos ditos identitários, destacando os LGBTQIAPN+.

Participantes da pesquisa

A pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013” investigou as múltiplas dimensões educacionais relacionadas a esse ciclo de protestos, incluindo pautas ligadas à educação, processos de formação política decorrentes da participação, além das trajetórias escolares e políticas de militantes e ativistas. As entrevistas com militantes e ativistas, que compõem a terceira etapa do estudo, foram realizadas presencialmente entre julho de 2023 e março de 2024. Ao todo, foram 37 entrevistas distribuídas por sete estados brasileiros: Rio Grande do Sul (RS), São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ), Ceará

(CE), Goiás (GO) e Pará (PA). Entre as pessoas entrevistadas, 23 se declararam heterossexuais e 14 LGBTQIAPN+.

A metodologia adotada foi a de entrevistas semiestruturadas, que articula questões previamente definidas com abertura para explorações narrativas e aprofundamento dos temas a partir das experiências relatadas (Laville; Dione, 1999). O roteiro contemplou cinco eixos centrais: (I) a relação da pessoa com as Jornadas de 2013; (II) trajetória escolar e experiências de formação; (III) formação política e envolvimento com ativismos e militâncias; (IV) vivências durante as Jornadas, incluindo a presença de pautas e pessoas LGBTQIAPN+; e (V) desdobramentos posteriores, como caminhos políticos, acadêmicos, profissionais e coletivos inaugurados com ou após a participação nos protestos.

Na parte IV do roteiro, todas as pessoas foram questionadas especificamente sobre a presença de pessoas e pautas LGBTQIAPN+ nas Jornadas. As respostas das 23 pessoas heterossexuais foram analisadas em conjunto, enquanto as entrevistas das 14 pessoas LGBTQIAPN+ receberam atenção mais aprofundada, observando-se suas narrativas sobre vivências, visibilidade e participação nas manifestações.

Quadro 1: Ativistas e militantes que são LGBTQIAPN+ e que concederam entrevista

Pseudônimo e Estado	Idade em 2013	Raça	Identidade e de Gênero	Orientação Sexual	Forma de participação em 2013
Amiel/CE	32	Negra	Não Binário	“Preferência por homens”	Militante do movimento estudantil. Filiado ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).
André Martins/SP	27	Branco	Homem cis	Pansexual	Autonomista. Criou com um amigo o evento Pula

Beatriz Nogueira da Silva.
 Luís Antonio Groppo.
 Fernanda Milan de Carvalho.
 Gislene da Silva.
 Yasmin Antonia da Silva Oliveira.

					Catraca, que deu origem ao coletivo de mesmo nome.
Artemis/RS	26	Negra	Mulher cis	Bissexual	Independente. Atuou nas Jornadas a partir de sua proximidade com o movimento estudantil.
Carlos/GO	18	Branco	Homem cis	Bissexual	Autonomista. Atuou na Frente de Lutas.
Carolina Maria de Jesus/RJ	26	Negra	Mulher cis	Bissexual	Ativista de movimento territorial. Liderança do Movimento “Cadê o Amarildo?”.
Conceição/PA	21	Negra	Mulher cis	Bissexual	Militante. Atuou nas Jornadas de 2013 no coletivo Juntos e pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Estado do Pará (UEPA).
Chiquinha Gonzaga	22	Negra	Mulher cis	Bissexual	Autonomista. Atuou nas Jornadas de 2013 no coletivo Levante e fazia parte do Diretório de Estudantes de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É uma das criadoras do coletivo NegrAÇÃO, coletivo de estudantes negras e negros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criado em 2012.
Jota/GO	22	Branco	Homem cis	Gay	Apoiador. Membro do Centro de Direitos Humanos.
Juliana/SP	21	Negra	Mulher cis	Bissexual	Autonomista. A partir da cobertura dos atos se engajou no Ocupa Alckmin.
Karine/RS	21	Branca	Mulher cis	Bissexual	Militante do Levante Popular da

					Juventude. Atuou no Bloco de Lutas.
Luiz Gama/RJ	22	Negro	Homem cis	Bissexual	Militante do PSOL. Dirigente do Centro Acadêmico de História e membro do Diretório Centro Acadêmico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Rita/CE	23	Negra	Mulher cis	Bissexual	Movimento territorial. Atuante no movimento de moradia da comunidade Lagamar, contra as remoções por obras da Copa.
Rosa/SP	25	Branca	Mulher cis	Pansexual	Militante. Atuou nas Jornadas de 2013 com o coletivo Juntos.
Wanda/PA	21	Negra	Mulher cis	Bissexual	Militante da União da Juventude Revolucionária (URJ) e do Movimento Estudantil (ME).

Fonte: Pesquisa.

A proporção de pessoas LGBTQIAPN+ entre as 37 entrevistas (38,0) é significativa, sobretudo considerando que o recrutamento ocorreu entre coletivos, organizações e militâncias que protagonizaram as primeiras mobilizações das Jornadas, majoritariamente de caráter progressista, socialista e autonomista. Esse dado indica a expressiva participação de pessoas LGBTQIAPN+ nesses espaços, contribuindo para seus processos organizativos e de mobilização.

Entre as 14 pessoas LGBTQIAPN+ entrevistadas, 10 se autodeclararam bissexuais, 2 pansexuais, 1 gay e 1 não binária com “preferência por homens”. Assim, 13 se enquadram na categoria LGBTQIAPN+ pela orientação sexual, enquanto apenas uma, Amiel/CE, se identifica por identidade de gênero não binária. Do ponto de vista de

gênero, 13 são cisgênero: 9 mulheres e 4 homens. Observa-se uma interseção relevante entre gênero feminino e orientação sexual não heteroafetiva, já que a maioria das pessoas LGBTQIAPN+ são mulheres, e, do total das 37 entrevistas, 18 eram mulheres, revelando predominância feminina entre as não heterossexuais.

Outro dado expressivo é a interseccionalidade entre raça e LGBTQIAPN+. Entre as 16 pessoas negras entrevistadas, 9 eram LGBTQIAPN+, enquanto 5 LGBTQIAPN+ se declararam brancas. Isso indica que, entre as pessoas negras, a identificação LGBTQIAPN+ foi mais frequente, sugerindo a presença marcante de identidades interseccionais nos protestos. Também se observou que a maior parte das pessoas LGBTQIAPN+ eram jovens em 2013: apenas uma delas, Amiel/CE, tinha mais de 30 anos naquela ocasião.

As pessoas LGBTQIAPN+ entrevistadas se distribuem com regularidade entre as diferentes categorias de atuação nas Jornadas: 6 são militantes (Amiel/CE, Conceição/PA, Karine/RS, Luís Gama/RJ, Rosa/SP e Wanda/PA), 4 são autonomistas (André Martins/SP, Carlos/GO, Chiquinha Gonzaga/RS e Juliana/SP), 2 são ativistas de movimentos territoriais (Carolina Maria de Jesus/RJ e Rita/CE), 1 é independente (Artemis/RS) e 1 é apoiador (Jota/GO).

Interpretação das entrevistas

Entre os 37 entrevistados sobre as Jornadas de 2013, 23 se declararam heterossexuais e cisgênero. Analisar seus relatos revela como perceberam a presença LGBTQIAPN+ nos protestos. Entre eles, 7 não identificaram pessoas ou pautas desse grupo. Outros 16 reconheceram tal presença, sendo que 9 notaram tanto pessoas quanto pautas LGBTQIAPN+, enquanto 6 perceberam apenas pessoas, sem identificar pautas específicas, evidenciando experiências distintas de visibilidade.

Entre os nove que identificaram pautas e sujeitos LGBTQIAPN+, André Rebouças/RS, Dandara/SP e Tales/CE mencionaram blocos organizados de pessoas trans e cartazes contra a “cura gay” e Marcos Feliciano, alinhados à Parada LGBT daquele ano. Tales/CE destacou resistências de setores das classes médias e grupos anticorrupção, que deslegitimavam essas pautas, defendendo que o foco deveria ser apenas a corrupção. Esse embate revela disputas sobre sentidos políticos e corpos autorizados no espaço público.

Dos nove que reconheceram pessoas e pautas LGBTQIAPN+, sete eram militantes ligados ao campo socialista e apenas dois autonomistas, indicando maior sensibilidade dos primeiros à relevância dessas pautas. Após 2013, partidos e juventudes socialistas passaram a institucionalizar núcleos identitários, ampliando espaços de participação para sujeitos LGBTQIAPN+. Contudo, esse processo ocorreu com tensões e resistências, como revelam relatos de militantes LGBTQIAPN+ a seguir.

Mas a percepção da importância política das Jornadas também aparece entre autonomistas, como em Pedro/MG: “É brutal o quanto isso explodiu depois das Jornadas de 2013, como isso ganhou força”. Para ele, as Jornadas funcionaram como catalisadoras da visibilidade e fortalecimento de movimentos feministas e LGBTQIAPN+.

Seis entrevistados perceberam apenas a presença de pessoas LGBTQIAPN+, sem identificar organizações ou pautas específicas. Luís/SP destacou que havia participantes LGBTQIAPN+, mas sem articulação coletiva explícita, reforçando a participação individualizada desse grupo nos protestos.

Por fim, destaca-se a opinião de Zumbi dos Palmares/RJ, que reconhece a relevância das pautas identitárias, mas afirma que as Jornadas foram principalmente uma luta da classe trabalhadora. Defende a identidade de classe como unificadora, evidenciando tensões entre agendas identitárias e a perspectiva tradicional de luta de classes.

Esses relatos demonstram que, ainda que nem sempre reconhecidas como movimento organizado, pessoas e pautas LGBTQIAPN+ estiveram presentes nas Jornadas, contribuindo para alargar o repertório político e performativo dessas manifestações.

As entrevistas com ativistas e militantes que são LGBTQIAPN+ — 14 entre as 37 pessoas participantes da pesquisa — trazem elementos relevantes para compreender a presença desses sujeitos nas Jornadas de 2013, bem como a existência (ou não) de coletivos e pautas LGBTQIAPN+ naquele contexto, e os impactos posteriores de 2013 para o movimento.

As entrevistas revelam quatro padrões principais: em cinco casos, a identidade LGBTQIAPN+ aparece com algum destaque, mas sem centralidade (Rita/CE, Carolina Maria de Jesus/RJ, Jota/GO, André

Martins/SP e Amiel/CE); em outras cinco entrevistas, as Jornadas foram reconhecidas como importantes para o fortalecimento de pautas LGBTQIAPN+, ainda que apenas Luís Gama/RJ tenha identificado a presença de um coletivo LGBTQIAPN+ atuante, o BeijATO; três pessoas identificaram apenas a presença individualizada de sujeitos LGBTQIAPN+ (Juliana/SP, Wanda/PA e Carlos/GO), sem organizações ou pautas específicas; e em duas entrevistas (Karine/RS e Artemis/RS), o tema não foi comentado.

Apesar da prevalência de pessoas cis bissexuais e pansexuais entre ativistas e militantes que são LGBTQIAPN+ (12 das 14), essa condição não constituiu uma identidade em comum representada em coletivos e movimentos específicos. Apenas uma pessoa entre as 14 vai atuar, após 2013, em coletivo ligado às pautas LGBTQIAPN+, André Martins/SP (homem cis pansexual); trata-se de um coletivo cultural que passou a destacar a temática LGBTQIAPN+ de forma ampla, após a morte de uma integrante, uma mulher trans. A orientação bissexual e pansexual tem marcado cada vez mais os coletivos e movimentos progressistas em geral nos últimos anos. A assunção desta orientação faz parte do ambiente de abertura comportamental e cultural neste campo, especialmente naqueles formados majoritariamente por jovens e/ou nos meios estudantis. (Silva et al., 2025).

Nos relatos de Rita/CE e Carolina Maria de Jesus/RJ, emergem conexões entre a condição LGBTQIAPN+, raça, território e violência estatal. Rita, mulher negra e bissexual, participou das Jornadas com o movimento de moradia do Lagamar, denunciando remoções causadas pelas obras da Copa. Carolina, mulher negra e bissexual, vinculou sua trajetória ao legado afetivo e político de suas mães, um casal homoafetivo. Sua participação foi motivada pelo caso Amarildo, identificado por ela como exemplo de violência seletiva contra corpos negros e periféricos.

André Martins/SP, homem pansexual, liderança do coletivo Pula Catraca em 2013, participou posteriormente, como dito, da fundação do coletivo cultural Crisálida, nos quais temas LGBTQIAPN+ ganharam centralidade, especialmente após o suicídio de Melina, mulher trans participante do coletivo. Tal episódio evidenciou tensões dentro de movimentos feministas e de esquerda.

Amiel/CE, pessoa não binária e negra, destaca que sua compreensão identitária amadureceu após 2013, reconhecendo

desconfortos com a normatividade de gênero. Seu relato evidencia como as Jornadas não necessariamente despertaram questões identitárias, mas criaram ambientes de reflexão. Jota/GO, homem gay, relatou ter se afastado do catolicismo devido à LGBTfobia, vigente mesmo em setores progressistas da Igreja Católica. Nas Jornadas, atuou no apoio jurídico e humanitário a pessoas detidas e feridas, observando a presença de pessoas LGBTQIAPN+, mas sem organização própria.

Esses casos revelam a permanência de práticas discriminatórias dentro de organizações progressistas, religiosas e mesmo feministas, como no caso de Melina. Demonstrem, ainda, a potência da perspectiva interseccional na análise da participação de sujeitos LGBTQIAPN+, especialmente quando raça, sexualidade, gênero e classe se entrecruzam como eixos estruturantes da ação política.

As entrevistas com Rosa/SP, Conceição/PA, Chiquinha Gonzaga/RS e Luís Gama/RJ reforçam a ideia de que as Jornadas foram um marco de politização das juventudes e de ampliação das pautas identitárias nos movimentos sociais. Para muitas e muitos, 2013 representou a entrada em espaços políticos institucionais ou a criação de novos movimentos com enfoque em gênero, sexualidade, raça e cultura periférica. Rosa/SP destacou que, em seu município, após as Jornadas, surgiu uma cultura política mais plural, com a fundação de diversos coletivos feministas, negros e LGBTQIAPN+, que antes existiam apenas em circuitos restritos. Ela passou a relacionar as Jornadas com abertura e renovação do ativismo local.

Conceição/PA afirmou que 2013 foi um divisor de águas para a representatividade de jovens, mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+ nos movimentos de esquerda e, posteriormente, na política institucional. Seu percurso, da militância às instituições legislativas, exemplifica essa transição e evidencia como as Jornadas ampliaram a demanda por diversidade no campo político.

Chiquinha Gonzaga/RS, autonomista, negra e bissexual, destacou em seu relato a identidade racial. Relatou que as Jornadas contribuíram para sua retomada das identidades afro-brasileiras e das tradições de matriz africana e criticou a predominância branca nas esquerdas. Juliana/SP, mulher negra e bissexual também destacou sua assunção da

identidade racial, relatando uma virada pessoal marcada pelo engajamento em pautas contra a violência policial.

Luís Gama/RJ, único a mencionar um coletivo LGBTQIAPN+ atuante — o BeijATO — destacou que o grupo utilizou a performance do afeto como estratégia política, ocupando os espaços públicos com beijos entre pessoas LGBTQIAPN+. Destacou o medo constante da violência policial, maior, em seu caso, pelo fato de ser homem negro.

Em Goiás, Carlos/GO e Jota/GO observaram que havia um contingente relevante de pessoas LGBTQIAPN+ nas mobilizações, mas tais sujeitos não atuavam como movimento LGBTQIAPN+, e sim dentro de coletivos autonomistas ou socialistas. Já Wanda/PA, mulher negra e bissexual, destacou que muitos participantes eram jovens e LGBTQIAPN+.

Karine/RS e Artemis/RS foram as únicas que não abordaram, nem mesmo indiretamente, a temática LGBTQIAPN+ em suas entrevistas.

Cabe destacar que cinco das 14 pessoas que são LGBTQIAPN+ ocupam ou ocuparam cargos eletivos ou de assessoria parlamentar, quase todas pelo PSOL: Wanda/PA, Rosa/CE, Chiquinha Gonzaga/RS, Carolina Maria de Jesus/RJ e André Martins/SP (esse, pelo PT). Suas experiências demonstram a passagem da militância para o campo institucional, levando consigo pautas de igualdade, diversidade e justiça social, revelando como 2013 contribuiu para ampliar a presença de sujeitos LGBTQIAPN+, negros e feministas na esfera pública formal.

As entrevistas revelam que, embora as Jornadas de 2013 não tenham sido marcadas por uma presença organizada do movimento LGBTQIAPN+, elas contribuíram significativamente para o fortalecimento político e simbólico desses sujeitos, ampliando sua visibilidade, engajamento e acesso a espaços de participação, inclusive institucionais.

Análise das entrevistas

Mais do que criar movimentos específicos, as entrevistas mostram que as pautas LGBTQIAPN+ atravessaram significativamente organizações progressistas, como juventudes partidárias, partidos políticos, coletivos estudantis e movimentos territoriais. Essa inserção ocorreu tanto entre pessoas LGBTQIAPN+ quanto entre ativistas que

não pertenciam a essa comunidade, indicando que as pautas de diversidade sexual e de gênero conquistaram espaço político para além de suas organizações tradicionais. Especialmente entre pessoas LGBTQIAPN+, verificou-se a entrada na política institucional, ocupando cargos, assessorando mandatos e contribuindo na construção de agendas progressistas. Apenas um ativista, André Martins/SP, citou a criação de um coletivo LGBTQIAPN+ diretamente decorrente das Jornadas: o Crisálida, com relevante atuação cultural e política em Americana/SP nos anos 2010.

Contudo, essa penetração não ocorreu sem limites. Os obstáculos apareceram tanto dentro de partidos quanto em outros movimentos identitários, como demonstra o caso de Melina, mulher trans co-fundadora do Crisálida, que enfrentou resistência dentro de espaços feministas. Também se evidenciaram barreiras nos grupos progressistas ligados à Igreja Católica, importante espaço de formação militante da esquerda tradicional, como apontam as entrevistas de Rita/CE e Jota/GO.

Apenas quatro, entre as 37 entrevistas, registraram a presença de coletivos LGBTQIAPN+ atuando de maneira organizada nas Jornadas, destacando-se o BeijATO, citado por Luís Gama/RJ. Mais visível, porém, foi o reconhecimento da presença de pessoas LGBTQIAPN+ nas manifestações, atuando como indivíduos ou integrantes de outras lutas — como transporte público, denúncia da violência policial e obras da Copa. Isso indica que, nas Jornadas, tivemos ativistas e militantes que eram LGBTQIAPN+, mas não necessariamente militantes LGBTQIAPN+. Ou seja, participaram das mobilizações não como representantes de organizações identitárias, mas como sujeitos políticos plurais, articulados a agendas mais amplas. Ainda assim, relatos mencionam cartazes com pautas LGBTQIAPN+ e, segundo Tales/CE, pequenos grupos de pessoas LGBTQIAPN+ atuando coletivamente.

As Jornadas aproximaram-se da construção de um “nós” relativamente homogêneo, baseado na ideia de “cidadãs indignadas/cidadãos indignados”, mobilizadas e mobilizados por pautas universais, como transporte, corrupção e direitos sociais. Esse perfil unificador favoreceu uma identidade coletiva ampla, mas dificultou a visibilidade das pautas identitárias, consideradas secundárias ou fragmentadoras.

Exemplos de tensões emergiram, como o conflito em Fortaleza, relatado por Tales/CE, entre manifestantes anticorrupção — majoritariamente de classe média branca — e grupos periféricos e LGBTQIAPN+. Rita/CE também apontou o desconforto entre blocos de diferentes identidades e agendas, como os anticorrupção e o movimento de moradia de Lagamar.

Essas tensões revelam que as Jornadas não foram homogêneas, mas sim complexas, permitindo a convivência, ainda que conflituosa, de diferentes identidades e demandas. Houve expressões daquilo que Judith Butler chama de performatividade de assembleia: nas ruas, corpos e identidades diversas se encontraram, levaram cartazes com múltiplas pautas e criaram espaços de visibilidade, mesmo sem plena legitimação ou centralidade. A presença de cartazes, pequenos coletivos e reivindicações localizadas reforça que, embora predominassem discursos universalistas, havia abertura — ainda que limitada — para demandas específicas, como as LGBTQIAPN+.

Autoras e autores como Gerbaudo (2022) indicam que as Jornadas foram marcadas por ideologias populistas radicais, com identidades coletivas amplas e agregadoras. No entanto, movimentos e pautas identitárias também estavam presentes, mesmo que de forma lateral. A revisão bibliográfica demonstrou, por exemplo, a relevância da Parada LGBT de São Paulo em 2013, que pautou sua oposição ao projeto da “cura gay”, reivindicação retomada em cartazes e discursos das manifestações das Jornadas de 2013 (Alonso, 2023). Assim, as Jornadas não apenas refletiram demandas identitárias, como ajudaram a impulsionar sua visibilidade nos anos seguintes.

As pessoas LGBTQIAPN+ estiveram presentes nas ruas principalmente por meio de coletivos estudantis, juventudes partidárias e movimentos territoriais, levando suas experiências, corpos e identidades para o espaço público. Embora suas pautas específicas não tenham sido centrais, a participação possibilitou visibilidade, aprendizado político e formação de lideranças. As Jornadas funcionaram como marco de engajamento, fortalecendo a presença LGBTQIAPN+ na institucionalidade progressista e nos movimentos sociais, ampliando redes de colaboração e reforçando discursos interseccionais.

Durante as Jornadas, essa presença foi mais individual do que organizada, e as pautas específicas enfrentaram resistência. Mesmo assim, o momento foi crucial para garantir o “direito de aparecer”, como diria Butler: corpos antes marginalizados ocuparam as ruas e

reivindicaram sua legitimidade política. As alianças entre grupos vulneráveis — negra, periférica, feminista e LGBTQIAPN+ — ganharam terreno, ainda que de forma incipiente. Os reflexos disso foram visíveis nas ocupações estudantis de 2015 e 2016, nas quais a igualdade de participação e as pautas interseccionais tornaram-se mais explícitas e reconhecidas.

As entrevistas com ativistas e militantes do movimento negro demonstram um impacto evidente e estruturante das Jornadas no fortalecimento das pautas raciais (Silva et al., 2025). Já entre as pessoas entrevistadas LGBTQIAPN+, o impacto foi menos explícito e mais processual, ocorrendo principalmente na projeção de lideranças, na visibilidade de suas pautas e no acesso aos espaços institucionais e partidários. Ainda assim, há elementos que corroboram a tese de Carvalho (2018): o movimento LGBTQIAPN+ se reinventou e se potencializou a partir das Jornadas, mesmo que com limitações.

O exemplo do coletivo Crisálida, criado em Americana/SP, é ilustrativo dessa dinâmica: ao mesmo tempo que representa a afirmação de uma organização LGBTQIAPN+ surgida nesse período, também revela os obstáculos e tensões presentes, inclusive dentro de espaços progressistas. O caso de Melina evidencia como barreiras simbólicas e políticas persistem, mostrando que a inclusão institucional não elimina automaticamente o preconceito ou a marginalização.

Considerações finais

Do ponto de vista de ativistas e militantes que são LGBTQIAPN+, as Jornadas de 2013 combinaram dois processos políticos. De um lado, as Jornadas compuseram identidades em uma multidão poliforme, dando guarida à livre expressão das formas de ser e das vulnerabilidades as mais diversas — tal qual previsto pela teoria da performatividade de assembleia (Butler, 2018a). Entretanto, esse processo foi o menos marcante, com base nas entrevistas aqui analisadas. Mais poderoso foi o processo de subjetivação política, a qual levou à constituição de um “nós” coletivo a partir de uma população indignada diante das contradições socioeconômicas e dos desvarios da política institucional. Os impactos

desta combinação, destacando-se a potência da subjetivação política, foram enormes no campo dos movimentos sociais nos anos seguintes.

As entrevistas com ativistas e militantes trazem, como principais resultados, a presença relevante de pessoas LGBTPQIAPN+ na mobilização, mas não das suas pautas; o fortalecimento de movimentos identitários, incluindo o LGBTPQIAPN+, como consequência das Jornadas; e, notadamente, a maior presença de pessoas e pautas LGBTPQIAPN+ em organizações políticas progressistas e em seus mandatos eletivos nos anos seguintes.

As entrevistas reconhecem a influência das Jornadas no fortalecimento das pautas LGBTQIAPN+ dentro da institucionalidade política progressista, especialmente nos partidos de esquerda e em mandatos que passaram a incorporar essas bandeiras. As experiências narradas indicam avanço na visibilidade, na ocupação de espaços e no desenvolvimento de práticas interseccionais, integrando gênero, raça e classe. Contudo, também mostram que esse avanço ocorreu de forma desigual, atravessado por tensões, disputas e resistências, revelando que a luta por reconhecimento e legitimidade permanece contínua.

Referências:

AGUIÃO, Sílvia. Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, 391 p. <https://doi.org/10.7476/9788575115152>.

ALONSO, Ângela. *Treze: a política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BULGARELLI, Lucas. [ALERTA TEXTÃO] Estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação on-line e off-line (2015-2016). 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. <https://doi.org/10.11606/D.8.2018.tde-21082018-133346>

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *Chão da Feira*, n. 78, p. 1-16, 2018b.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. Notas etnográficas sobre duas manifestações de rua do ativismo trans no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/339616/2018>. Acesso em: ____.

DANILIAUSKAS, Marcelo. *Não se nasce militante, torna-se*: processo de engajamento de jovens LGBT – Panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, 333 f.

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris N.; LIMA, Stephany P. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educação & Sociedade*, v. 41, e230408, 2020. <https://doi.org/10.1590/ES.230408>

FACCHINI, Regina. “Sopa de letrinhas?” Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. 245 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FALCÃO, Thiago H. O. *Memes, textões e problematizações*: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. 190 f.

FERREIRA, Karoline Rebecka; GROPPPO, Luís Antonio Groppo. Entre minas e manas: experiência feminina e subjetivação política nas ocupações secundaristas de 2016 em Minas Gerais. *Revista Diversidade e Educação*, v. 12, n. 1, p. 650-671, 2024. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/17326/11277>. Acesso em: 10 jan. 2026.

GERBAUDO, Paolo. *Máscaras e bandeiras: populismo, cidadanismo e protesto global*. São Paulo: Funilaria, 2022.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GREEN, James N. et al. (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

GROPPO, Luís A. et al. Interpretações das dimensões educacionais das Jornadas de 2013: debates, sentidos e legados. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 22, 2024.

GROPPO, Luís Antonio; SILVA, Gislene da. Jovens LGBTQIA+ e as ocupações estudantis de 2015 e 2016: pautas, experiências e subjetivação política. In: GROppo, Luís Antonio; SALLAS, Ana Luísa F.; SOFIATI, Flávio Munhoz. (orgs.). *A presença da felicidade: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016*. Curitiba: CRV, 2022, p. 95-120.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LIMA, Fátima Lima. *As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução!* Uma análise sócio-antropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES). Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. 171 f.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. *Nas margens do político*. Lisboa: KKYM, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

SILVA, Gislene da et al. Jornadas de 2013 e a questão racial no Brasil: trajetórias e experiências de jovens ativistas e militantes negras e negros. *Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros*, v. 7, n. 17, 2025.

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/23625>

SILVA, Marcelo Kunrath. Contramovimentos sociais no Brasil? Especificidades da conflitualidade social em um país de desigualdades extremas. In: TAVARES, Francisco M.; BALLESTRIN, Luciana; MENDONÇA, Ricardo F. (orgs.). **Junho de 2013**: sociedade, política e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022, p. 169-283.

ZANOLI, Vinicius P. Fronteiras da política: relações e disputas no campo do movimento LGBT em Campinas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 45, p. 307–333, jul./dez. 2015.

Activists and militants who are LGBTQIAPN+ in the 2013 Journeys: political experiences and assembly performativity

Abstract: This article presents the results of the research project “Educational Dimensions of the 2013 Protests in Brazil.” It aims to explore the experiences of activists and militants who identify as LGBTQIAPN+ within the protest cycle known as the 2013 Journeys in Brazil, seeking to analyze how these experiences influenced their trajectories and the LGBTQIAPN+ movement in the subsequent years. The main analytical category is Judith Butler’s performativity of assembly, articulated with Paolo Gerbaudo’s concept of radical democratic populism and Jacques Rancière’s notion of political subjectivation. Methodologically, the study is based on a bibliographic review concerning LGBTQIAPN+ issues in 2013 and, primarily, the analysis of 37 interviews conducted with activists and militants from progressive collectives and organizations involved in the Journeys—among whom 14 are LGBTQIAPN+. The literature review highlights the relevance of the LGBT Pride Parade in the latent emergence of the Journeys, inspiring secondary agendas present in 2013, such as the rejection of the so-called “gay cure” bill, and renewing the tactics of the LGBTQIAPN+ movement. The interviews reveal three main results: the significant presence of LGBTQIAPN+ individuals in the mobilizations, though not of their agendas; the strengthening of identity-based movements, including the LGBTQIAPN+ movement, as a

Beatriz Nogueira da Silva.
Luís Antonio Groppo.
Fernanda Milan de Carvalho.
Gislene da Silva.
Yasmin Antonia da Silva Oliveira.

719

consequence of the Journeys; and, notably, the increased presence of LGBTQIAPN+ people and agendas in progressive political organizations and in elected positions in the following years.

KEYWORDS: LGBTQIAPN+ Movement. 2013 Protests. Assembly Performativity. Activists. Militants.

Beatriz NOGUEIRA DA SILVA,
Acadêmica do Curso de Ciências Sociais (Bacharelado) da Universidade Federal de Alfenas, bolsista de Iniciação Científica pelo programa institucional PIBIC/ FAPEMIG no projeto de pesquisa "Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil".

<https://orcid.org/0009-0008-4117-6711>

Luís ANTONIO GROPPPO,
Pesquisador do CNPq, doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Docente da Universidade Federal de Alfenas–MG (UNIFAL-MG). Coordenador da equipe do projeto de pesquisa "Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil".

<https://orcid.org/0000-0002-0143-5167>

Fernanda MILAN DE CARVALHO,
Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista- UNESP. Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. Docente na Educação Básica do Estado de Minas Gerais. Pesquisadora no projeto de pesquisa "Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil".

<https://orcid.org/0000-0002-7146-6196>

Gislene DA SILVA,
Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alfenas- UNIFAL-MG. Mestra em Educação pela UNIFAL-MG. Pesquisadora sênior de nível I no projeto de pesquisa "Dimensões

*Educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil". Doutoranda em
Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.*

Yasmin Antonia DA SILVA OLIVEIRA,
*Acadêmica do Curso de Ciências Sociais (Bacharelado) da Universidade
Federal de Alfenas, bolsista de Iniciação Científica pelo programa
institucional PIBIC/ FAPEMIG no projeto de pesquisa "Dimensões
Educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil".*

<https://orcid.org/0009-0002-3056-5451>

*Recebido em: 01/12/2025
Aprovado em: 15/03/2026*